

## POVOS ORIGINÁRIOS

## Luta e resistência indígena

A saga do povo Ofaié, de apenas 128 indivíduos, mostra o drama de etnias que buscam escapar da extinção cultural e física

» MAYARA SOUTO

**Brasília (MS)** – A 370 km de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, em meio a um território preservado, repleto de folhagens e plantações, vive uma pequena comunidade indígena, a tribo Ofaié. Localizado na área rural de Brasília, o grupo de pouco mais de cem pessoas tem índole pacífica, discreta e com senso de coletividade. Por trás do jeito pacato, contudo, há uma comunidade que luta para manter a sua cultura viva, após a política indigenista — marcada pela violência — imposta durante a ditadura militar.

“Eles botaram [o povo] em cima de um caminhão como se fosse animal e levaram para outra terra”, conta Neuza Souza, anciã da aldeia, sobre deslocamento forçado que a sua comunidade sofreu em 1978. Segundo os Ofaié, a ação foi realizada pela própria Fundação Nacional do Índio (Funai). Neuza lembra que ficou completamente sozinha, pois estava “caçando o que comer” para ela e a avó em outra região. “Quando eu cheguei de volta, não tinha mais ninguém, fiquei chorando, não sei quantos anos sozinha. Aí tive que casar nova para poder sobreviver. A minha avó foi para lá e morreu, nunca mais a vi”, lamenta a anciã. Neuza foi a única de seu povo que “ficou para trás” na transferência dos Ofaié a Porto Murtinho (MS).

O município sul mato-grossense fica a cerca de 700 km de distância de Brasília. Lá, encontra-se a reserva da etnia Kadiwéu, que vivia em meio a muitos conflitos por terra com fazendeiros e garimpeiros da região. De acordo com historiadores, no período final da ditadura militar, prevalecia a ideia de reunir todas as tribos do Mato Grosso do Sul em um só lugar — o estado possui a terceira maior população indígena do Brasil, segundo o IBGE, com 116 mil pessoas. Um relatório da Comissão Nacional da Verdade, de 2014, estima que 8 mil indígenas foram mortos, por conta do regime militar, em conflitos por terras.

José Koi, também ancião Ofaié, lembra que o governo, por meio da Funai, os convenceu a ir para a outra região, afirmando que havia melhores terras e mais assistência. A vida melhor, no entanto, não foi encontrada como o prometido. “Eles estavam passando por muita necessidade, com falta de saúde, de agricultura. Eles já estavam passando por uma grande privação de alimentação”, conta o indígena, sobre os Kadiwéu.

O *Correio* entrou em contato com a Funai para saber o posicionamento acerca do momento histórico, mas, até esta publicação, não obteve resposta. A vice-cacique da tribo, Ramona Coimbra Pereira, diz que a entidade “até hoje se retrata, fala que a culpa foi deles, e que eles fizeram isso”. Sem atenção do Estado, os Ofaié precisaram trabalhar para “os brancos” a fim de sobreviver, pois haviam ficado desassistidos. Grande parte deles morreram de fome e em embates por disputa de terra — a tribo estima que entre as décadas de 1940 e 1960, a etnia tinha 2.200 pessoas. Atualmente, há apenas 128 Ofaié vivos.

## Jornada rumo ao reconhecimento

Somente em 1987, os indígenas conseguiram retornar a Brasília. José Koi lembra de uma pessoa essencial para o retorno e enfrentamento neste período: Carlos Alberto Dutra, missionário do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

“Meu povo fala que apareceu um Deus”, conta Ramona Coimbra Pereira, vice-cacique da tribo. Ainda criança à época, ela sabe da história contada pela mãe. “Carlito”, como os Ofaié o apelidaram, foi estudar a etnia e acabou conhecendo a realidade difícil junto aos Kadiwéu. Assim, resolveu ajudá-los no retorno às terras

Mayara Souto/C.B./Diários Associados



Elisangela Eliandes, professora, exhibe livros didáticos Ofaié no meio da natureza: apenas seis membros da etnia falam o idioma original

originais, em uma longa jornada.

“Ficamos perambulando pelas estradas, fazendas, mendigando. Sofremos muita discriminação, preconceito, na cidade, e a gente resistiu a isso, mas foi muito difícil”, relembra José Koi, sobre dias de trem e caminhada até o retorno a Brasília. Desterrados, entraram em acordo com a Funai para viver em uma área da região de maneira provisória.

O Ministério Público Federal (MPF) reconhece desde 1992 os 1.937 hectares de terra nativa da etnia Ofaié e pede para que a Funai realize a demarcação — o que ainda não aconteceu. As contestações dos fazendeiros, nos últimos 22 anos, impediram em diversos momentos que os indígenas morassem em suas terras.

Em 1997, uma companhia de energia comprou 432 hectares de terra para os indígenas, pois iria utilizar o território que eles estavam ocupando temporariamente para construir uma usina hidrelétrica. Desde então, eles possuem, na área adquirida, uma estrutura central na aldeia, com escola, posto de saúde, igreja e centro de convivência, em que realizam momentos de comunhão.

“Com todo esse massacre que nós vivemos, durante várias décadas, nós lutamos, resistimos e hoje estamos renascendo das cinzas. Fomos considerados quase extintos pelo antropólogo Darcy Ribeiro, mas provamos que nós resistimos”, afirma o cacique da tribo, Marcelo Silva.

A ameaça de “extinção” persegue os Ofaié antes mesmo do conflito que fez os indígenas perderem suas terras. Na década de 50, Darcy Ribeiro passou algum

tempo à margem do Rio Paraná, de onde a comunidade era originária. Porém, em certo ponto, ele encontrou apenas um grupo pequeno, de menos de dez pessoas. Darcy publicou artigo em uma revista de São Paulo dizendo que “um grupo em processo rápido de completa extinção”. A conclusão foi corroborada pela Funai, que duas décadas depois redescobriu a etnia e os transferiu para a outra comunidade.

Os Ofaié guardam mágoa do diagnóstico decretado pelo antropólogo. Consideram um “erro” decretar que a etnia estava praticamente extinta. Mas Darcy fez um registro que, posteriormente, foi importantíssimo para comprovar a existência dos Ofaié. “Falamos a língua Ofaié, usando o português somente nas relações com estranhos”, escreveu o pesquisador.

“O único povo Ofaié que existe, no mundo inteiro, somos nós. Para a gente provar que existia e ainda tinha o povo Ofaié, teve muita luta, foi um estudo muito grande. Conseguimos provar através da língua materna,

que é a única coisa que os mais antigos não perderam”, relembra a vice-cacique da tribo.

## Educação em meio à natureza

Em 2024, somente seis pessoas sabem o idioma Ofaié. No entanto, há um projeto em curso na escola da aldeia, que ensina para as crianças a língua materna.

Uma roda de bancos feitos com tronco de árvore, em meio

à floresta, é a “sala de aula” das crianças Ofaié. A professora Elisangela Eliandes, também indígena, conta que esse formato deixa os alunos mais “confortáveis”. Ao todo, são seis estudantes, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, que estudam na escola dentro da aldeia.

“Eles aprendem a ler assim, sentados na natureza. Tem muita coisa aqui, é uma riqueza. A gente fala sobre matemática, geografia, ciências da natureza, tudo aqui. Toda vez que eles vêm aqui, eles já sabem o porquê desse [globo] aqui, por que está enroscado no outro, por que a árvore é alta”, conta a Ofaié, que cresceu na comunidade. Ele fez uma formação de ensino normal-médio (similar ao magistério) em Povos do Pantanal e, atualmente, estuda Licenciatura Intercultural Indígena na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), em Aquidauana.

De acordo com o Censo Indígena, divulgado pelo Inep em 2023, das 178,3 mil escolas de ensino básico, 3.541 (1,9%) estão localizadas em terra indígena — ministram conteúdos específicos e diferenciados, de acordo com aspectos etnoculturais — e 3.597 (2%) oferecem educação indígena, por meio das redes de ensino.

“É uma grande curricular comum para ser incluída dentro do sistema, e é diferenciada pela localidade e a forma de ensino”, explica o também professor Silvano de Souza. De acordo com ele, a forma didática indígena é diferente da tradicional. “Nós temos essa preocupação histórica, tradicional, e também de ter essa revitalização do pertencimento indígena que a gente perdeu por

um tempo”, acrescenta.

Uma das diferenças de uma escola tradicional, por exemplo, é a forma de avaliação dos alunos, que não se dá através de provas, mas, sim, da observação do desenvolvimento de cada um. “A prova escrita faz ser competitivo. Você foi criado para ser competitivo, durante a vida inteira, não será dentro de uma aldeia indígena que você vai ser competitivo com seu próprio parente”, avalia Silvano.

Durante a aula, que também ocorre dentro da escola, um fato chamava a atenção: o silêncio. Ao contrário das salas de aula tradicionais, as crianças de até 11 anos estavam pacientemente escutando o professor. De acordo com Silvano, isso faz parte da cultura Ofaié que também é ensinada, a de respeitar autoridades e saber o momento certo de falar.

Outro traço cultural bastante utilizado é a mitologia. Na escola, o material didático utilizado pelos próprios estudantes foi desenvolvido pelo próprio corpo docente indígena — são cerca de 4 livros que ensinam a língua materna Ofaié e a história do povo.

Com desenhos das crianças e textos em português e em Ofaié, um dos livros conta alguns mitos. “Isso é muito importante para as crianças, para elas saberem que pertencem a uma história. Eles podem ganhar o mundo, chegar lá no outro país, mas eles têm que saber quem eles são, de onde eles vieram e para onde eles vão”, comenta a professora Elisangela Eliandes.

Silvano explica que a escola tem “papel principal de reconstruir a identidade” do povo Ofaié.



Com todo esse massacre que nós vivemos, durante décadas, estamos renascendo das cinzas. Fomos considerados quase extintos por Darcy Ribeiro, mas provamos que nós resistimos”

Marcelo Silva, cacique



Hoje, nós não lutamos mais com ataque, muito menos com arco e flecha. Lutamos com o que temos na mão — uma caneta — para poder reconstruir a nossa história, que foi dizimada”

Silvano de Souza, professor

Mayara Souto/C.B./Diários Associados



Na escola, cartazes têm palavras em português e na língua Ofaié

Divulgação/Sebrae



Ramona (D), vice-cacique, e mulheres Ofaié no espaço de artesanato

Durante a construção do material escolar foi feito um intenso movimento de revitalização cultural, pois, atualmente, apenas seis pessoas em toda a comunidade falam a língua materna.

“A gente foi começar a trabalhar com a língua materna aqui faz 8 anos. O professor José Koi veio e nos deu esse apoio, buscamos muito trazer os falantes à nossa sala de aula para contarem a história e as crianças saberem mais, né? Eles viveram, nós só ouvimos”, ressalta Elisangela, que conta que fez toda a sua formação no mesmo local, mas tinha professores não indígenas, então não aprendeu a língua Ofaié. Ela se considera “ouvinte passiva”, pois compreende algumas palavras, já que ouvia sua mãe conversar na língua materna.

O ancião Koi aceitou o desafio de introduzir o idioma na escola e teve uma importante missão: registrar a escrita Ofaié. “O método de ensinar do passado, da comunidade, era na oralidade, numa roda de conversa. E aí, não ficava registrado na escrita. Morreu, acabou. Então, a minha preocupação é deixar tudo isso registrado”, conta. Assim, nos anos 2000, ele foi em busca de parceria com o projeto “Saberes Indígenas” da UFMS, uma iniciativa do governo federal.

A partir das informações do único falante disposto a ajudar, linguistas da universidade orientaram no trabalho de registrar as palavras, os fonemas e as formas de escrita Ofaié. Com isso, foi configurado o dicionário de português para a língua, considerada única no mundo.

“Hoje, nós não lutamos mais com ataque, muito menos com arco e flecha. Lutamos com o que temos na mão — uma caneta — para poder reconstruir a nossa história, que foi dizimada. E onde a gente tem esse espaço é dentro da escola”, declara o professor Silvano de Souza.

Outro ponto revitalizado, segundo Ramona, é o artesanato, que além de promover ganho financeiro, também fortalece a união entre as mulheres, que são maioria na aldeia.

A população feminina no local chama a atenção, elas formam uma rede de apoio muito grande, em que uma auxilia a outra no artesanato, compartilha saberes e cultiva o respeito à autoridade de dona Neuza e da vice-cacique Ramona. Assim, elas reúnem-se em uma pequena sala com vários tecidos e tintas para confeccionar toalhas de mesa, bolsas e outros produtos artesanais.

Como já tinham essa organização e predominância pela venda de artesanato, as mulheres da aldeia foram escolhidas para um curso de empreendedorismo, com metodologia internacional, ofertado pelo Sebrae. Através dele, elas pretendem formar uma associação para oficializar a união que toma conta das Ofaié e as impulsiona a alcançar objetivos maiores.

De acordo com dados do Instituto Socioambiental deste ano, o Brasil possui cerca de 255 terras indígenas com o processo de demarcação iniciado e não finalizado. No último ano, um entrave somou-se à demora nas demarcações: o Marco Temporal Indígena. O texto que considera terras indígenas apenas aquelas já demarcadas na publicação da Constituição, em 1988, foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), porém, o entendimento foi diferente no Legislativo.

Semanas depois, o Senado Federal aprovou a mesma legislação, que teve partes aprovadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desde então, os movimentos indígenas aguardam novo julgamento do STF para ação que protocolaram questionando a decisão do Congresso Nacional. No caso dos Ofaié, como tiveram as terras consideradas indígenas somente em 1992, eles não teriam direito ao território que atualmente ocupam.

\*A jornalista viajou a convite do Sebrae.